



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito e Legislação Social

CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: FACIP		
PERÍODO/SÉRIE: 3º Período		CH TOTAL TEÓRICA	CH TOTAL TEÓR/PRÁTICA	CH TOTAL
OBRIGATÓRIA: (X)	OPTATIVA: ()	60		60
OBS:				
PRÉ-REQUISITOS: não há		CO-REQUISITOS: não há		

EMENTA

Os direitos fundamentais do homem e do cidadão. A constituição das instituições jurídicas no Brasil. A organização do Estado, dos poderes republicanos e o seu papel no ordenamento da sociedade. A formação da sociedade civil e seus instrumentos de participação. A constituição de 1988, democracia e legislação social no Brasil contemporâneo. O direito internacional e a integração supranacional (MERCOSUL e ALCA).

OBJETIVOS

Reconhecer os direitos fundamentais do homem e do cidadão, as instituições e as legislações que os definiram.
 Compreender a formação do estado brasileiro e diferenciar os diferentes poderes republicanos e seu ordenamento jurídico.
 Analisar a construção da sociedade civil brasileira e diferenciar seus instrumentos de

participação.

Interpretar a legislação social brasileira à luz da Constituição democrática de 1988, distinguindo os seus limites e avanços.

Examinar o ordenamento jurídico internacional – Mercosul e Alca, identificando os diferentes papéis dos países membros.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Os direitos fundamentais do homem e do cidadão: histórico e atualidade.

A formação do estado brasileiro: os três poderes, seus papéis e ordenamento jurídico.

A sociedade civil: da luta pelos direitos civis à participação cotidiana.

A democracia e o Direito: a Constituição e a legislação social no Brasil.

Integração supranacional: blocos e direito internacional.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BEVILAQUA, Clóvis. **Direito Internacional Privado**. Campinas: RED Livros, 2002.

PRADO, Antônio Orlando de Almeida (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Paulistanajur Ltda, 2004.

CAVALLARI, Durval Ayrton. **Manual Prático de Direito Constitucional**. São Paulo: Iglu, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. 11ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social). Vol 3.

ONU. **Direito humanos e serviço social**. Lisboa, Dez. 1999. Disponível em http://www.fd.uc.pt/igc/enciclopedia/manuais/dh_servicosocial.pdf.

Complementar

CRITSINELIS, Marco Falcão. **Políticas Públicas e Normas Jurídicas**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

GUERRA, Sidney & MERÇON, Gustavo. **Direito Constitucional aplicado à função legislativa**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

NEGRÃO, Theotônio (Org). **Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. Coleção Questões da nossa época, v. 20. São Paulo, Cortez Editora, 2ª ed. 1995.

APROVAÇÃO

_____/_____/_____
Luzilene de Almeida Martiniano
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso

_____/_____/_____
[Assinatura]
Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica
Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Odaléa Aparecida Viana
Diretora-Portaria R nº 10709

DISCIPLINA/SÉRIE: 4º Período		CH TOTAL	CH TOTAL
TEÓRICA	TEÓRICA PRÁTICA	TEÓRICA	TEÓRICA PRÁTICA
		60	60
PRÉ-REQUISITOS: Direito e Legislação		CO-REQUISITOS:	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Legislação social e as conquistas contemporâneas. A Consolidação da Leis do Trabalho/CLT e o direito trabalhista. A Lei orgânica da Assistência Social/LOAS. O Direito da Criança e do Adolescente/ECA e o Estatuto do Idoso. A lei de Saúde e o Sistema Único de Saúde/SUS. A legislação profissional.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Identificar e explicar a legislação social atualmente vigente no Brasil, marcando as lutas civis e os avanços sociais que elas apontam. Analisar casos específicos do trato com a legislação, reconhecendo a utilização da legislação. Reconhecer a legislação específica que fundamenta a atuação profissional do Serviço Social.